

SENTENÇA

Processo Penal n.º 2023/0456

Tribunal Judicial de Lisboa – Secção de Instrução Criminal

Juiz de Instrução Criminal n.º 4

Lisboa, 15 de junho de 2024

Vistos

1. O Ministério Público, representado pela Procuradora **Dr.ª Marta Santos** (OA 54321), ofereceu denúncia contra **João da Silva**, residente em Lisboa, com o número de contribuinte **123 456 789**, por prática de **burla informática** (art. 217.º do Código Penal), através de técnicas de *phishing* que resultaram em transferências bancárias fraudulentas no valor total de **€32 000,00**, ocorridas entre os dias 10 e 25 de março de 2023.
2. A defesa, constituída pelos advogados **Dr.ª Ana Pereira** (OA 12345) e **Dr. Luís Carvalho** (OA 67890), apresentou contestação, impugnando a autoria e a materialidade dos factos, bem como requerendo a exclusão da responsabilidade civil.
3. Foram produzidas as seguintes provas:

Nº	Tipo de Prova	Conteúdo Relevante
1	Peritagem informática (perito Dr. Carlos Mendes)	Identificação de endereços IP, logs de acesso e e-mails falsificados que revelam a autoria de João da Silva.
2	Depoimentos de vítimas (Sr. António Ribeiro e Sra. Maria Lopes)	Confirmação das transferências não autorizadas e da receção de mensagens de phishing.
3	Extratos bancários (Banco Santander)	Registo das duas transferências de €12 000,00 cada, efetuadas para contas controladas pelo réu.
4	Interceptação de comunicações (ordem judicial)	Mensagens eletrónicas enviadas pelo réu contendo o modelo de e-mail fraudulentamente elaborado.

4. O Ministério Público requereu a condenação do réu à pena de **prisão efetiva de três anos e seis meses**, com a aplicação de **medida de segurança de proibição de exercer funções de direção ou gestão em entidades que operem serviços de tecnologia da informação**, bem como o pagamento de **indemnização civil de €32 000,00** a favor das vítimas.
5. A defesa, após a produção de todas as provas, reconheceu a prática dos atos, mas alegou circunstâncias atenuantes, nomeadamente a inexistência de antecedentes criminais e a reparação parcial voluntária de €10 000,00 antes do julgamento.

Fundamentação

I – Da Materialidade e da Autoria A prova pericial (laudo nº 2023/07) demonstra de forma inequívoca que os endereços IP utilizados nas mensagens de phishing correspondem a dispositivos registados em nome de João da Silva. Os e-mails falsificados apresentam a mesma estrutura, linguagem e assinatura eletrónica que o réu utilizou em comunicações anteriores, reconhecidas pelos peritos como sua assinatura digital.

Os depoimentos das vítimas corroboram a sequência temporal dos factos, identificando as datas das transferências (12 e 22 de março de 2023) e a forma de engano (pedido de atualização de credenciais bancárias). Os

extratos bancários confirmam a movimentação de €24 000,00 para contas controladas pelo réu, e o restante €8 000,00 foi transferido para uma conta terceira, igualmente ligada ao réu, conforme revelado na investigação policial.

II – Da Qualificação Jurídica Conforme o art. 217.º, n.º 1, alínea c) do Código Penal, a prática de burla informática consiste na obtenção de vantagem patrimonial ilícita, mediante a utilização de meios informáticos. Os factos descritos enquadram-se perfeitamente nesta disposição, uma vez que o réu, valendo-se de técnicas de phishing, induziu as vítimas a transferirem valores para contas de sua titularidade, obtendo, assim, vantagem patrimonial de €32 000,00.

III – Da Dosimetria da Pena

1. **Pena-base:** A pena mínima legal para o delito em causa é de **um ano e meio de prisão**.
2. **Agravantes:** (a) Utilização de meios informáticos; (b) Dano patrimonial significativo (€32 000,00); (c) Repetição de atos em curto intervalo de tempo.
3. **Atenuantes:** (a) Ausência de antecedentes criminais; (b) Reparação parcial voluntária de €10 000,00; (c) Colaboração com a justiça ao fornecer informações sobre as contas utilizadas.

Aplicando o princípio da proporcionalidade e a jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça (Acórdão n.º 1234/21), a pena de **três anos e seis meses de prisão efetiva** revela-se adequada e equilibrada, tendo em conta a gravidade do delito e as circunstâncias atenuantes reconhecidas.

IV – Da Indemnização Civil Nos termos do art. 81.º do Código Penal, o condenado deve reparar o dano causado. As vítimas sofreram a perda total de €32 000,00, valor que, apesar da reparação parcial efetuada, permanece integralmente devido. Assim, condena-se o réu ao pagamento de **indemnização civil de €32 000,00**, a ser satisfeito em duas prestações iguais de €16 000,00, com prazo de 30 dias para a primeira e 60 dias para a segunda, sob pena de execução coerciva.

V – Das Medidas de Segurança Considerando a natureza tecnológica do crime, impõe-se a aplicação da **medida de segurança de proibição de exercer funções de direção ou gestão em entidades que operem serviços de tecnologia da informação**, pelo período de **cinco anos**, nos termos do art. 62.º do Código Penal.

Dispositivo

1. Julgo procedente a denúncia apresentada pelo Ministério Público e **condeno João da Silva**, residente em Lisboa, contribuinte nº 123 456 789, pela prática do crime de **burla informática** (art. 217.º, n.º 1, alínea c), Código Penal), a:

Pena	Duração
Prisão efetiva	3 (três) anos e 6 (seis) meses
Medida de segurança	Proibição de exercer funções de direção ou gestão em entidades de tecnologia da informação por 5 (cinco) anos

2. **Indemnização civil** – O réu deve pagar às vítimas, Sr. António Ribeiro e Sra. Maria Lopes, a quantia total de **€32 000,00 (trinta e dois mil euros)**, a ser liquidada em duas prestações de €16 000,00, conforme especificado no ponto 4 do presente dispositivo.

3. **Custas processuais** – O réu é condenado ao pagamento das custas processuais, fixadas em **€1 200,00**, nos termos do art. 84.º do Código de Processo Penal.

4. Execução – A presente sentença será notificada às partes e, após o trânsito em julgado, será remetida ao Serviço Penitenciário para cumprimento da pena de prisão.

5. Regime de cumprimento da pena – O réu cumprirá a pena em regime fechado, nos termos do art. 71.º do Código Penal, com possibilidade de progressão para regime semiaberto após o cumprimento de 2/3 da pena, caso não haja novas infrações disciplinares.

6. Publicação – Esta sentença será publicada no Boletim da República e comunicada ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público e ao Conselho Nacional de Justiça, nos termos legais aplicáveis.

7. Recursos – Contra a presente decisão cabe recurso de apelação, nos termos do art. 598.º do Código de Processo Penal, a ser interposto no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação.

Assinado:

Juiz de Instrução Criminal n.º 4
Tribunal Judicial de Lisboa

Esta sentença foi proferida em conformidade com o disposto no Código Penal, no Código de Processo Penal e na Constituição da República Portuguesa.